

Florestan Fernandes

1920-1995

“Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna. Porque ela não é eterna. Ela muda as faces, muda as exigências. E pode se converter num abismo e afogar aqueles que não perceberem que é momento de mudar de rumo”

Entrevista concedida em 12 de julho de 1995 para Fátima Murad, jornalista, atualmente redatora da Fundação SEAD

RESUMO: Nesta entrevista Florestan Fernandes discorre sobre temas de política brasileira e, em especial, do atual governo Fernando Henrique Cardoso.

UNITERMOS:
Florestan Fernandes,
política brasileira,
governo Fernando
Henrique Cardoso.

A té ser submetido a um transplante de fígado no último dia 4 de agosto, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, a que se seguiram complicações nos rins e seu falecimento, na madrugada do dia 10, aos 75 anos de idade, Florestan Fernandes não descolou a atenção dos problemas sociais que o preocuparam durante toda a vida e que motivaram sua carreira de sociólogo e professor e sua militância política. Enquanto teve energia para falar, nos intervalos entre as inúmeras internações hospitalares nos últimos anos, o velho professor

não se furtava a discorrer longa e lentamente sobre os temas mais candentes - como nesta entrevista que nos concedeu no dia 12 de julho, durante cerca de duas horas.

Florestan Fernandes foi vítima de um erro médico. A necrópsia atestou como sua *causa mortis* uma embolia gasosa, conseqüência de uma falha, mecânica ou humana, durante uma sessão de hemodiálise, após a cirurgia. Não foi esta a primeira vez que ele pagou pela imperícia médica: o vírus da hepatite B que comprometeu seu fígado, obrigando-o ao transplante, foi contraído

numa cirurgia de próstata há mais de vinte anos e detectado quando já era muito tarde. Ele encara essa situação com muita objetividade, lembrando que não é só no Brasil que o sistema hospitalar produz vítimas. “Na questão do erro médico pode-se dizer que a democracia vingou, pois ele existe até nos grandes países capitalistas”, dizia. Como demonstrou nesta última entrevista, não esperava milagres da cirurgia e previa que, caso sobrevivesse, teria de continuar lutando arduamente contra o vírus, que se proliferara por todo seu organismo.

Seu horizonte era o futuro. “Serei sempre um radical”, afirmava. Observava com muita preocupação o agravamento dos problemas sociais no Brasil e no mundo. Aqui, previa conflitos cada vez mais violentos no campo onde, segundo ele, a situação de opressão dos trabalhadores se aproxima do extermínio. Coincidentemente, nas primeiras horas da manhã do dia 10 de agosto, quando as rádios anunciavam seu falecimento, davam conta também das primeiras informações sobre um violento confronto entre posseiros e a polícia, na desocupação de uma fazenda em Rondônia, que resultou em mais de uma dezena de mortos. Não nutria qualquer ilusão quanto à possibilidade de seu amigo e ex-aluno Fernando Henrique Cardoso melhorar o Brasil. É a ele, aliás, que se refere a epígrafe acima. Para ele, o presidente é apenas instrumento das forças conservadoras. Não chegou a assistir ao episódio da intervenção no Banco Econômico, mas antevia a eclosão de intermináveis conflitos entre os grupos no poder ao longo deste governo.

A vasta obra que Florestan Fernandes legou ao pensamento brasileiro é uma medida de sua dedicação aos problemas que o instigavam e que poderiam ser sintetizados em sua preocupação central com os despossuídos de tudo - os não-cidadãos. Ele deixou publicados 59 livros tratando de questões ligadas à estrutura do poder e da sociedade no Brasil, às condições de existência das minorias, como negros e índios, ao ensino, ao Partido dos Trabalhadores e muitos outros te-

mas: lecionou na USP de 1945 até sua aposentadoria compulsória pelo AI-5 em 1969 e em outras instituições, como a Columbia University, a Universidade de Toronto e, finalmente, a PUC de São Paulo, onde encerrou sua carreira; iniciou-se na militância política de esquerda na década de 40 e chegou a exercer dois mandatos como deputado federal pelo PT entre 1987 e 1994.

Segue a entrevista:

O senhor diria que a USP chegou ao poder?

Longe disso. O que temos é a manutenção dos que sempre mandaram na sociedade brasileira e que conseguiram, através de uma aliança com um setor da esquerda mais moderado, restabelecer suas bases políticas de monopólio do poder, de modo a ambos os lados fazerem concessões recíprocas. Eu diria que esse grupo no poder, com Fernando Henrique à frente, representa a conciliação mais ampla e, ao mesmo tempo, mais escabrosa que já ocorreu na história do Brasil. Parece que a última conciliação seria aquela que se deu com Tancredo Neves. Até costume dizer que Tancredo Neves teve sorte de morrer, porque, com aqueles arranjos que ele fez, acabou formando uma coligação de nomes que jamais poderiam ser articulados em um governo estável, tal a contradição existente entre as pessoas, o que elas pretendiam, o que elas representavam. Tancredo tinha uma visão de conciliação que o levou a estabelecer não um arco, mas vários arcos, tentando unir setores que não são articuláveis, que não são moldáveis. Todos os políticos e personalidades mais importantes foram pensados para ocupar posições no governo. Ora, um governo tem de ter uma política que unifica a sua atividade no plano internacional e nacional. Se não tem essa política, ele está desarmado.

O atual governo tem uma política, ele está armado?

Atualmente estamos em face de uma situação menos calamitosa para o presidente da República, porque o alcance do arco foi estabelecido em termos de alianças que tinham um caráter

eleitoral imediatista. Mas as circunstâncias acabaram se definindo como inflexíveis e o resultado é que as alianças que pareciam de conjuntura acabaram se tornando de longa duração... por enquanto não se pode falar de longa duração, mas a perspectiva é essa, a duração de um governo, ou quem sabe até de outro sucessivo, se a oposição não for capaz de se articular para derrubar essa influência externa dos estados conservadores em nossa vida política.

Mas uma boa parcela da USP e da comunidade acadêmica está no governo.

A USP entrou com alguns nomes, principalmente o do presidente da República e eu não acho que isso tenha sido, por si mesmo, mau. Ninguém nega qualificação ao Fernando Henrique Cardoso para ser o presidente da República. O problema é que ele foi movido por uma situação na qual as forças sociais e políticas ativas jogam, internacionalmente e nacionalmente, tantos nos países centrais quanto na periferia, na direção do conservantismo e do chamado neoliberalismo.

Como o senhor explica a mudança de posição do Fernando Henrique?

Tenho um amigo que é descendente de árabes e, comentando com ele a situação política dos países árabes, critiquei o fato de um político ser tão lábil a ponto de ter uma posição durante vários anos e depois mudar para ficar dentro da corrente, ou subir. E ele me disse: "Bom, é preciso considerar o seguinte: essa pessoa tem a alternativa de se manter na posição e conquistar o poder, ou ela precisaria conquistar o poder para se manter na posição?" É uma maneira de explicar porque isso acontece. Há um tipo de raciocínio, que chegaram a chamar de maquiavélico, mas que não tem nada a ver com Maquiavel, a respeito desse procedimento. Seria o maquiavelismo político. Mas o maquiavelismo político não explica coisa alguma, porque o que está em jogo são forças que surgem na sociedade nacional, no mundo contemporâneo, que têm uma importância muito grande na determinação dos acontecimentos e dos processos históricos. Às vezes, um partido ou um

político tem de se submeter, dependendo, naturalmente, dos projetos que ele tem. Porque fidelidade a uma posição política não necessariamente favorece a ascensão ao poder. Às vezes até dificulta, bloqueia. Acredito que os políticos brasileiros se formam dentro daquela tradição, defendida pelo meu amigo, que é libanês. Aliás ele não defendeu, ele apenas explicou, porque, ao contrário disso, ele é um homem de posições democráticas avançadas. Ainda hoje está na imprensa um artigo escrito por um sobrinho de um desses emires ou *sheikes* das Arábias, dizendo que os governos têm formado súditos mas não cidadãos... é o próprio sobrinho de um desses potentes que está dizendo.

Mas o senhor não acredita que Fernando Henrique, pelas idéias que sempre defendeu, possa contribuir para melhorar o país?

Essa não é uma política que favorece a mudança no sentido de alterar o estado de coisas vigente, como diria Marx. Se altera, altera num sentido muito limitado. O que é terrível é que o impacto, a vitalidade dessas forças no plano internacional é excessivamente grande, e os países da periferia não têm como se defender. Veja o caso da Sivam: um telefonema do presidente dos Estados Unidos tem mais importância que as manifestações do Congresso e de outros organismos públicos brasileiros. O mundo vive hoje a terceira fase do capitalismo oligopolista. Uma forma de imperialismo inerente a esse tipo de capitalismo é terrivelmente dura e se faz manifestar na periferia, fortalecendo governos duros, de direita. As elites das classes dominantes têm uma tradição notória, que é a de se ajustarem às demandas políticas desse setor externo, porque esperam melhorar sua perspectiva econômica, cultural e política. Para a grande indústria, para o empresário que está no setor moderno da economia, e hoje todos estão, de um jeito ou de outro, é muito importante contar com o capital estrangeiro, ou ter a ilusão de que vai contar. Essas alianças se tornam, então, imperativas e o que leva a isso não é uma conjuntura propriamente nacional. Há

um erro quando se pensa que isso só acontece no Brasil. Isso acontece em virtude do Brasil fazer parte desse mundo.

Qual a alternativa a esse arranjo de forças no poder? O próprio Fernando Henrique poderia ter encabeçado um outro tipo de aliança, mais à esquerda?

Se houvesse essa possibilidade não teria havido essa evolução. As oportunidades foram definidas em termos das condições de transição lenta, gradual e segura, que não é algo que estava ligado ao aparelho militar, mas às expectativas da grande burguesia brasileira - não só do setor financeiro, mas de todos os setores altamente conservadores - e às pressões externas. Os países que controlam a economia mundial detêm uma alta parcela do controle da nossa economia e também da nossa cultura, da nossa *midia*, do nosso pensamento, da nossa política e de tudo. E por aí chegamos ao sistema de poder estatal. Não havia, no horizonte aberto pelas eleições, uma saída que favorecesse a alternativa oposta. Eleitoralmente, o candidato que era realmente forte era Luís Inácio Lula da Silva, que vinha com um programa muito mais construtivo, muito mais aberto, muito mais inovador. Por isso mesmo era apoiado por setores da sociedade brasileira que estão sujeitos à dominação e à influência dos de cima. Esses setores, na hora da votação, arrepriaram carreira, porque acabaram aceitando as razões que faziam de Lula um candidato temível. Ele não era temível para a nação, mas para aquele setor da nação privilegiado e para os interesses internos investidos aqui e em processo de crescimento.

E Fernando Henrique era uma alternativa viável...

Acabou sendo. O Fernando Henrique Cardoso era, indubitavelmente, um candidato de envigadura e com condições de ser eleito. E ele revelou uma grande plasticidade política, mesmo porque estava convencido, a partir das avaliações do governo Collor, da exequibilidade de uma política de desenvolvimento dentro dos padrões que convinham, tanto aos interesses das empresas gi-

gantes estrangeiras quanto aos dos estratos mais privilegiados da burguesia interna. Desse modo a candidatura de Fernando Henrique acabou crescendo. Ele teve dificuldade de se ajustar à posição de candidato popular, mas acabou aprendendo. Pois, se uma pessoa é capaz de aprender coisas tão difíceis como ele aprendeu, a ponto de chegar ao *top* da carreira universitária, nacional e internacionalmente, ele também teria condições de se realizar como político. Um político capaz de satisfazer as expectativas até de setores intelectualmente resistentes das classes médias e altas. O resultado é que ele acabou sendo o candidato de conciliação dessas forças.

E a esquerda, porque não se viabilizou, se tinha um candidato mais forte?

A esquerda não tinha capacidade de mobilização para enfrentar uma tradição quase que senhorial de poder que existe em todo o Brasil, não só no norte e no nordeste, como também, em escala menor, nas regiões sul, sudeste e extremo sul: a tradição dos caudilhos eleitorais. É verdade que os grandes caudilhos eleitorais estão no nordeste e, em parte, no norte. Nessas regiões, o voto pode ser comprado. De diversas formas, inclusive as tradicionais, como parte de uma lealdade, de uma reciprocidade mal entendida de uma pessoa que recebe um favor e acha que pode compensar pelo voto, quando o voto deveria estar separado de qualquer injunção dessa espécie, porque envolve secularização de atitudes e de comportamento. O voto comprado acaba sendo altamente cômodo para muitos políticos, que já nem se interessam pela campanha, só se interessam pela quantia que vão ter de investir. Com tanto dinheiro, pode-se comprar tantos votos. E há alguns que custam baratíssimo, porque é uma mercadoria desvalorizada. Compra-se um voto até por quinhentos réis e é nesse plano realista que se dão as coisas. Essa aliança entre a direita e um setor moderado da esquerda redundou numa força muito maior que a esquerda, radical ou não, teria capacidade de atingir. O PMDB, que poderia ter levado algum equilíbrio à disputa eleito-

ral, estava dividido e acabou se acomodando nas expectativas mais brandas. Os votos do PMDB foram divididos e poucos realmente ficaram dentro de uma orientação de oposição sistemática. A multiplicidade de candidatos dispersou votos e embora o Fernando Henrique Cardoso não tivesse a maioria da votação, ele teve uma votação suficiente para se eleger. Ele desbancou o Luís Inácio da Silva que, por sua vez, atingiu um pico considerável, tendo-se em vista suas origens populares e o sentido político de sua candidatura que, como tenho sempre salientado, tinha um significado de ruptura. Nós nunca teremos uma ruptura no Brasil se não surgir um candidato político, capaz de estabelecer o divórcio pelo qual tudo o que existiu até hoje deixa de existir e partir para uma nova modalidade de organização econômica, cultural e política.

O PT está suficientemente munido para promover uma tal ruptura?

Batem muito na tecla de que o PT não está preparado para o poder. Isso envolve uma considerável dose de má fé. Quem estava preparado para o quê? De quanta improvisação não resultou tudo isso? Quanto não estamos pagando por essa improvisação? Quanto não vamos pagar daqui a algum tempo? Os diferentes partidos que se uniram em torno de Lula e do PT, desde um Partido Comunista do Brasil até um Partido Socialista Brasileiro, passando pelo PSTU, enfim todos os partidos que compuseram a teia de alianças de esquerda, todos eles tinham uma radicalidade específica e conhecida e um grau de firmeza muito grande. Na verdade, quando se diz que Lula e o PT não têm proposta, está se fazendo uma grande mistificação, porque as propostas não só surgiram nos programas dos partidos e da coligação, como surgiram também com o próprio candidato. O PT fez um programa muito rico de idéias e sugestões.

E como o senhor vê a atuação da esquerda hoje. Ela aprendeu com a derrota?

A esquerda tem sido muito construtiva. Ela tem trabalhado na área da mudança da ordem,

como passo para mudanças interiores de maior magnitude. Ela tem sido realista e gradualista e, naturalmente, isso não satisfaz aos ideais da extrema esquerda, mas é uma medida de sensatez, no sentido de entender que vale mais aproveitar as disposições à mudança efetiva, do que assustar aqueles que não entendem, de fato, o que os adversários estão propondo, porque não são capazes de imaginar tudo o que é necessário para que o Brasil deixe de ser o que é.

O senhor se tornou mais moderado?

Absolutamente. Continuo marxista. Continuo a defender minhas posições de extrema esquerda. Serei sempre um radical, mas sei que a gente não chega à lua sem mais nem menos. Ninguém é barão de Munchausen, que pode sair da própria pele. A minha posição marxista me leva a ser permanentemente extremista, mas não a ponto de querer pôr o carro na frente dos bois. Às vezes se pode dar passos gradativos, que vão se somando e que vão conduzir na direção de um processo que as forças conservadoras, os que estão tentando manter o poder, não vêem. Foi por isso que sempre me mantive firme nessa posição, mas sei que essa é uma perspectiva subjetiva. Onde eu estava quando se dá o Estado Novo? Estava na luta clandestina. Onde estive quando seu deu o golpe de Estado em 64? Estava engajado na luta de resistência das forças vivas da sociedade. De 66 em diante, até fins de 68, tive uma atividade pública, conhecida, de combate tenso, nacional, pelas reformas estruturais.

O golpe de 64 mudou o Brasil?

64 foi um momento que serviu para que os intelectuais e a esquerda brasileira tomassem consciência da situação de fato do país, porque o tumor foi aberto e todo pus surgiu. Ninguém mais podia dizer que não sabia o que era a sociedade brasileira. Diagnósticos errados anteriores e fugas acomodatórias, que podiam ser justificadas e racionalizadas, tornaram-se impraticáveis e, até certo ponto, covardes, porque era uma maneira de se acomodar a uma situação de fato, como se se pudesse dizer: “Sou cidadão só até o momento

em que defender a cidadania não representa perigo. Daí em diante, *je m'en fuis*, pouco me importa. Ora, cidadania que importa é a dos outros, a dos que não têm. O Brasil nunca será nada se a cidadania não for universal, e para que ela seja universal é preciso que todos os de baixo pertençam a uma classe social, que sejam capazes de ter aqueles requisitos que permitem o aparecimento do cidadão.

Como o senhor define as classes sociais no Brasil hoje? O que se alterou nas últimas décadas?

Há mudanças que têm significado estrutural e há mudanças que têm significado dinâmico, estratégico. Mudanças estruturais ocorreram graças ao aprofundamento da industrialização, ao aumento do mercado de trabalho. Há muita gente que fala em sistema de trabalho universal, mas na verdade não existe sistema de trabalho universal. Porque sabemos que nosso sistema de trabalho é parcialmente capitalista e parcialmente pré-capitalista. E nesse pré-capitalismo, vamos do escravo até o espoliado, que recebe só a comida, e as crianças e mulheres que recebem um terço do salário que deveriam receber. Há essa combinação de elementos díspares, que torna difícil a idéia de que existe um sistema de classes configurado. E tem de haver, porque não se pode ter capital e trabalho como mercadoria sem ter uma sociedade de classes. O capital exige um trabalho que é recrutado no mercado. Ele é sujeito a uma forma de espoliação que produz acumulação constante e crescente do capital.

Com a tecnologia moderna, não mudou o significado do trabalho?

É claro que mudou. Mudou o significado relativo do trabalho e de outros elementos que são capitalizáveis. Mudou a composição orgânica do capital, a ponto de reduzir o valor que o trabalho chegou a ter na sociedade industrial moderna. Mas isso tudo não exclui a existência de classes. É através das diferenças de classes que se dá o desenvolvimento econômico, cultural e político. O sistema global criou também uma

subclasse, os desclassificados, um fator assustador para ele próprio. Esses que não foram incorporados são indícios de que essa sociedade de classes está sujeita a perversões e a desequilíbrios fatais. Entre eles, estão os deserdados da terra, que levantam a bandeira da reforma agrária e fazem um movimento denso e significativo.

Essa tem sido uma luta inglória. O senhor acha que esse movimento tem força para mudar?

A sociedade brasileira tem sido um inferno para esses setores que vivem na miséria, ou se não, nas fronteiras da miséria e, por menos que reivindicuem, reivindicam a condição humana. E quem reivindica a condição humana tem uma força de negação muito forte, que não precisa ser verbalizada, porque é sentida, e leva, assim, a atos de violência que, às vezes, chegam a assustar. Esses setores representam uma área verdadeiramente explosiva da sociedade.

De maneira geral, o sistema de classes se alterou...

Sim, ampliou-se o das classes assalariadas e dos assalariados qualificados, que passaram a ter um nível de vida e de renda e, frequentemente, também de cultura, mais alto, que formam o setor pequeno burguês e baixo da classe média; por outro lado, há os setores que, graças à formação educacional e à capacidade de profissionalização, adquiriram uma perspectiva de renda e de prestígio maior. Esse é o setor que vende a inteligência para o grande capital nacional ou estrangeiro, ou se torna burocrata através do Estado e da empresa capitalista moderna.

E como o senhor define a burguesia brasileira?

A burguesia é, como sempre foi no Brasil, muito articulada, o que faz com que ela tenha uma unidade, se não econômica, no sentido de vencer as diferenciações regionais, pelo menos cultural e de orientação política. E, apesar das diferenças setoriais, que implicam também variações na participação do poder efetivamente político, no poder político estatal, esse setores se entendem bem

em qualquer momento de crise e são capazes de desenvolver um esquema de conciliação que os acomode e que ofereça compensações a todos, além de criar bandeiras para iludir o resto da sociedade. Porque essas conciliações são, naturalmente, escamoteadas ideologicamente. A ideologia serve para esconder, e assim vai se passando de uma fantasia a outra: da democracia à eleição livre, ao voto secreto, etc. Se nunca nos perguntarmos quais são os requisitos da existência disto ou daquilo, quem vai se beneficiar, o que a população como um todo tem a ganhar com isso, ou o que ela tem a perder, o que representam para a nação e para o enfraquecimento da nação esses arranjos todos, que são importantes para a cúpula e que se esgotam por si próprios, não fica nada. O que ficou dessas grandes conciliações? Nada.

A sociologia, que já esteve muito em voga no Brasil, hoje parece ser desprezada.

O sistema de classes permite explicar muita coisa e isso é ignorado. Diz-se que essa algaravia sociológica entre aspas não tem mais sentido, que as classes já não existem mais. Ora, se existe capital e existe trabalho, tem de existir um sistema de classes, e este tem de ser estudado, porque é o sistema que reúne a desigualdade econômica, cultural e política a um anseio de superação dos excessos da desigualdade, à luta pela maior liberdade, pela conquista de novos níveis de igualdade social.

O escritor alemão Hans Magnus Enzensberger, que esteve no Brasil recentemente, afirma que a grande maioria de excluídos no mundo, além de terem sido destituídos das condições mínimas de sobrevivência e de tudo o mais, agora tendem a ser excluídos do pensamento. Eles vão deixar de existir, porque ninguém mais vai falar deles.

É verdade. Esse é um processo que o capitalismo oligopolista, que o chamado neo-liberalismo, que a globalização, etc., pressupõem. Nós ainda estamos num estágio anterior, mas à medida que o capitalismo oligopolista entrar aqui, vamos ver como esse padrão de dominação im-

perialista vai resultar numa dependência de tipo diferente daquela que houve no passado. Vamos conhecer, então, essa forma extrema de marginalização que leva à exclusão total das populações consideradas inassimiláveis. Porque realmente vai surgindo uma parte da população que não pode ser incorporada ao exército de trabalho ativo. E o que fazer com essa gente? Sustentar para manter o equilíbrio social ou sufocá-la pela opressão e pela coerção? Então surge a alternativa de excluí-los de uma forma crescentemente mais dura. Começam a se eliminar os direitos sociais, as seguranças obtidas a duras penas, e por aí afora. São coisas que se pode estudar nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, até no Japão, onde o caráter tradicional da empresa permitia uma certa segurança para o trabalhador. Até lá isso está sendo corroído. Então, temos o excluído de tudo. Na verdade, o excluído no Brasil também é excluído do pensamento. É uma forma de animalização do ser humano. Na medida em que, por exemplo, o movimento negro, que eu estudei, lutava contra o preconceito, a discriminação e a segregação - como eles diziam, naquela época, "em primeiro lugar o sol" - eles estavam lutando pela condição humana, pela humanização, contra esse fato de serem excluídos e, pela exclusão, exterminados para o pensamento produtivo. Isso anula toda uma parte da sociedade, que não é mais reserva de talento, nem reserva de trabalho, é um setor marginal em si e por si, que vem aumentando numa progressão crescente e peculiarizando a periferia dos países centrais. Os países centrais acabam formando suas próprias periferias. Eles tinham a periferia do mundo que eles conquistaram e dominaram. Agora estão conhecendo as periferias que vivem lá dentro, esses desníveis e desequilíbrios da própria sociedade capitalista.

O senhor vê caminhos para a mudança?

A luta não termina com a disputa eleitoral. A disputa eleitoral é uma etapa da luta. Na medida em que se avança, naturalmente o projeto amadurece e se torna coletivo também. É exa-

tamente isso que os privilegiados no Brasil estão impedindo. Porque eles têm o projeto deles, capenga e insuficiente. As elites não precisam provar a incompetência delas, porque já provaram.

Mas elas se julgam mais inteligentes que a esquerda...

Elas se julgam mais inteligentes mas, na verdade, só infelicitaram o país, porque nunca resolveram os problemas que estão aí, que são problemas postos pela incompetência delas de enfrentar a situação concreta do país. Sabotam a educação, sabotam a reforma agrária, sabotam os direitos dos trabalhadores, bloqueiam a passagem das populações excluídas, sem classe, para o setor classificado, não criam uma interdependência de campo e cidade acima, daquelas que são produzidas pela urbanização, pela industrialização. Na verdade, estão sempre lutando por projetos para manter o monopólio do poder, lutando por si mesmas. Esse é o projeto delas. Nosso projeto é outro, é criar um sistema de poder alternativo, que comece a funcionar para todo o país, que tenha a capacidade de integrar a nação para que outros processos que promovam a integração nacional se desencadeiem.

O senhor acha que seu ex-aluno Fernando Henrique tem consciência desses processos?

Deve ter. Tanto que a coligação que ele sustenta, via de regra, reproduz um esquema pelo qual o capitalismo se consolidou na Inglaterra, com nuances na França, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão. No Japão, é de uma Casa Imperial que surge um projeto de modernização, com o apoio da burguesia, que era insignificante. Mas havia um poder conservador forte, que serviu de barriga e de baluarte para o desenvolvimento que acelerasse a acumulação de capital e as formas de modernização desejadas. Na Alemanha, com a Prússia por trás, Bismarck representou uma forma de coligação política imposta de cima para baixo à força, com intuítos nacionais agressivos. Nos Estados Unidos, a guerra

civil culminou com um processo de pilhagem do sul pelo norte. Então, é muito comum isso. O capital tem maiores probabilidades de expansão, diferenciação, multiplicação, quando ele encontra essa coligação entre um setor radical, em termos de aceitar as mudanças, e outro reacionário, que se acomoda a algumas das mudanças ao mesmo tempo que seleciona e restringe o caráter radical das inovações. Essa composição acaba sendo prejudicial porque é através dela que as elites manipulam o processo e tiram todas as vantagens possíveis da modernização. Veja-se que hoje a modernização está dando dividendos, não para a massa do povo.

O que o senhor vê na linha do horizonte? Não há uma possibilidade de ruptura nessa aliança, e até de uma eventual disputa entre Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães?

Acho que não se deve colocar em termos de pessoas, porque nenhuma aliança é fruto da vontade exclusiva de agentes individuais. É produto de uma situação histórica, e o que caracteriza o histórico é que ele é mutável. Há uma controvérsia hoje sobre a história, a idéia de que a história acabou. Dizer que uma maneira de fazer a história, de estudar história, esteja em crise, tudo bem, mas a idéia de que o processo histórico objetivo está extinto, isso é absurdo, porque se isso acontecesse, diria que a vida acabou, porque chegamos à estagnação, ou chegamos ao paraíso, e nenhum regime social até hoje conseguiu atingir o paraíso, quanto mais o céu... As alianças, principalmente quando são feitas em termos de pacto, são mutáveis. Isto porque o próprio ímpeto das mudanças selecionadas muda a configuração histórica, muda até necessidades urgentes de intervenção econômica, cultural, política, geográfica, ecológica, diplomática, militar, etc. O resultado é que aliados num momento podem se tornar menos aliados à medida que o processo se aprofunda e as alianças perdem consistência. Isso aconteceu com o regime militar. Os militares foram bastante hábeis porque criaram um esquema

de poder com um alto grau de racionalidade e conseguiram sustentar um esquema de transição, que chamaram de lento, gradual e seguro, que prendeu o Brasil nessa armadilha em que estamos. De qualquer modo, a crise do regime político da ditadura militar mostra como as alianças mais profundas, ou aparentemente mais profundas, que parecia que vinham para durar à eternidade, acabam perdendo a sua eficácia e sendo um fator de exigências novas. E, ao mesmo tempo, certos setores que ficaram excluídos dessa aliança, ou por oposição efetiva, ou por incoseqüência, ou por qualquer outro razão, acabam crescendo, porque na medida em que um poder que surgiu de um voto precário vai perdendo a capacidade de ser eficiente vai, ao mesmo tempo, deixando de satisfazer seus próprios convivas, que vão procurar refazer as teias de alianças. Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna, porque na verdade ela não é eterna, ela muda suas faces, muda suas exigências e pode se converter num abismo, e pode afogar todos aqueles que não perceberem que é o momento de mudar de rumo.

Qual o futuro da esquerda brasileira?

Eu não acho que hoje a esquerda esteja tão fraca. Ela é fraca porque tinha de ser fraca. Na medida em que faz um balanço das condições objetivas da vida política brasileira, seria um ganho que a esquerda fosse forte. Na verdade, ela é es-

taticamente forte, porque o número de oprimidos e excluídos que têm reivindicações fundamentais é avassalador, mas eles não têm eficácia política porque estão destituídos das condições de cidadania e de influência sobre os acontecimentos históricos e políticos. Daí que a esquerda tenha de travar duas batalhas: uma para aumentar sua capacidade de comunicação com aqueles que ela deve representar, e que ela não conseguiu ainda socializar e, de outro lado, com os que estão na órbita do poder e que tentam massacrar, ao mesmo tempo, a esquerda e os de baixo. Essa é uma polarização espontânea. Agora, a esquerda tem de caminhar nessa direção e a sua radicalidade vai depender muito dos ideais que a gente possa ter, porque é marxista, porque é isto, porque é aquilo, mas também das potencialidades da própria situação política. Vejo que o Brasil dificilmente vai se desprender desse enclave. O Brasil está metido dentro duma carapaça que vem do período colonial. A dominação externa é um dado permanente na nossa história, não que a história seja permanente, mas é um dado permanente da nossa história essa submissão à dominação externa.

Recebido para publicação em agosto/1995

FERNANDES, Florestan. Interview with Fátima Murad. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 187-195, october 1995.

ABSTRACT: In this interview, Florestan Fernandes speaks about Brazilian politics and Fernando Henrique Cardoso's actual government.

UNITERMS:
Florestan Fernandes,
Brazilian politics,
Fernando Henrique
Cardoso's
government.